

A VIOLÊNCIA CULTURAL CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL: uma proposta de tipologia e análise do período 2020-2021 ¹

CULTURAL VIOLENCE AGAINST JOURNALISTS IN BRAZIL: a typology proposal and analysis for the period 2020-2021

Daniela Osvald Ramos ²
Elizabeth Saad ³

Resumo: Os riscos da prática do jornalismo no Brasil têm raízes históricas e culturais que se acentuaram especialmente a partir das eleições de 2018. Assim, neste estudo, propomos uma abordagem do fenômeno aproximando o campo do jornalismo à sociologia da violência, e uma categorização tipológica da violência contra jornalistas. A tipologia é estruturada a partir da coleta de dados em relatórios da FENAJ, ABRAJI e RSF. Esta tipologia foi baseada em Galtung (1969; 1990), e seu triângulo de violência strata, e complementada por O'Connor (2020) que posiciona Galtung no contexto contemporâneo recente. Concluímos que a estrutura social e política brasileira cria um ambiente favorável a acionamentos de contextos latentes na sociedade como um viés de legitimação das violências estruturais e diretas praticadas por instituições, governos, figuras públicas e, mais recentemente, ataques a partir de cidadãos comuns.

Palavras-Chave: jornalismo brasileiro. violência cultural. tipologia.

Abstract: The risks of the practice of journalism in Brazil have historical and cultural roots that have been accentuated especially since the 2018 elections. As so, we propose an approach to the phenomenon by bringing the field of journalism closer to the sociology of violence, and a typological categorization of violence against journalists. The typology is structured from data collection in FENAJ, ABRAJI and RSF reports. This typology was based on Galtung (1969; 1990), and his violence strata triangle; and complemented by O'Connor (2020) who places Galtung in the recent contemporary context. We conclude that Brazilian social and political structures create a favorable environment for triggering latent contexts in society as a legitimation bias of structural and direct violence practiced by institutions, governments, public figures and, more recently, attacks from ordinary citizens.

Keywords: Brazilian journalism. cultural violence. typology.

Introdução

Assédios e violências contra o jornalismo e seus profissionais têm sido uma constante na sociedade brasileira. A evolução destes processos e a própria transformação dos atores

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do 31º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA. 06 a 10 de junho de 2022.

² Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa COM+ e do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). E-mail: dosvald@gmail.com.

³ Elizabeth Saad, Professora Titular Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – USP. bethsaad@usp.br.

sociais e do ecossistema informativo ganharam dimensões significativas a partir de 2018, com eventos político-eleitorais e crise pandêmica. Da mesma forma que o jornalismo e seus veículos possuem alcance e visibilidade, produtores de conteúdo não-jornalísticos ou de mídias focadas em radicalizações exercem a contestação de acontecimentos produzidos pela mídia legítima por meio da disseminação de desinformação e assédios, agressões e violências contra jornalistas e contra seus veículos midiáticos, como relatado por Campos Mello, 2020; Lelo, 2021; Rios & Bronosky, 2019; Sakamoto, 2016 e Seabra, 2020.

Um cenário que atinge tanto a mídia hegemônica representada por marcas tradicionais quanto a mídia independente (Ganter & Paulino, 2020), ambas visíveis no meio digital. Este, por sua vez, tende a reforçar a relação de homofilia, criando condições sociotécnicas para a formação de clusters ideológicos nos quais se compartilha o mesmo ponto de vista, aprimorado por bolhas algorítmicas que favorecem as "câmaras de eco", nas quais os usuários têm pouco (ou nenhum contato) com outras visões ideológicas diferentes das suas ou quaisquer outras fontes alternativas de informação (Pariser, 2011). Adicionam-se a tal cenário as ocorrências emergidas na pandemia que catalisaram um sentido coletivo pré-existente de violência contra a mídia por parte de entes e representações do governo federal e por militantes aderentes. Simultaneamente também ocorreu uma ampliação da audiência dos veículos midiáticos legitimados decorrente da busca de informações sobre a Covid-19 (Kalil, I. & Santini, 2020). Instala-se, portanto, um ambiente de polarização, com enorme potencial de colocar o jornalismo e jornalistas como objetos preferenciais de ataques. Por outro lado, é um cenário que, ante riscos, ameaças à segurança dos profissionais e deslegitimação da mídia, é resiliente e ativo, ainda que de múltiplas e não-uniformes maneiras adotadas por veículos e profissionais.

Nosso ponto de partida é o panorama brasileiro recente, retratado por um consistente conjunto de dados e estudos que evidenciam suas peculiaridades – ABRAJI, 2021; RSF, 2021; Kalil & Santini, 2021; Ganter & Paulino, 2020; Jorge, 2020; Mesquita & de Lima Santos, 2020; FENAJ, 2020; Blotta, 2016. Objetivamos compreender a dinâmica que permeia as constantes ameaças à segurança dos jornalistas no país a partir de um enquadramento sociológico para sustentar uma identificação das singularidades dos atos e acontecimentos de violência, assédios e riscos no jornalismo brasileiro.

Este estudo propõe uma abordagem teórico-epistemológica a partir dos aspectos da sociologia focados na violência cultural (Galtung, 1969; 1990). São pressupostos para as análises: a) violências, assédios e riscos são reflexos de um processo histórico enraizado na

cultura dos grupos sociais brasileiros; b) riscos e inseguranças para o exercício do jornalismo no Brasil são, prioritariamente desencadeados por instituições do Estado e da política em disputa de poderes; c) o período pré e pós eleições presidenciais brasileiras de 2018 estabeleceu um padrão para polarização e expressões de ódio contra jornalistas e meios de comunicação até os dias atuais sem, contudo, ignorar ações anteriores que ocorriam de forma menos estruturada.

Com isso, delimitamos nosso olhar para uma análise exploratório-analítica, não quantitativa, de como vem ocorrendo a violência contra jornalistas brasileiros entre 2020 e 2021, buscando responder:

RQ1: Quais são as singularidades das ocorrências de violência contra jornalistas no Brasil?

RQ2: Como o cenário de riscos do jornalismo brasileiro pode ser compreendido e equacionado num enquadramento sociocultural?

O termo violência adotado neste artigo é baseado na concepção de Galtung (1969), sociólogo norueguês que fundou, em 1959, o *The Peace Research Institute Oslo* (PRIO). Esta definição leva em consideração que não há uma única definição para violência, mas sim dimensões a partir das quais é possível abordar e analisar ações e atos violentos. “A violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de suas realizações potenciais”⁴ (Galtung: 1969, p. 168). Assim, para abarcar os objetivos deste artigo, o termo violência compreende, mas não é limitado a atos e ações verbais e digitais, agressões físicas, obstruções e obstáculos ao trabalho do jornalista, práticas judiciais e de aplicação da lei e restrições à liberdade de expressão e, conseqüentemente, da liberdade de imprensa, que o impedem de realizar seu pleno potencial de apurar e relatar fatos seguindo o método jornalístico apropriado.

Violência e assédios como reflexos culturais da sociedade – o contexto brasileiro

O papel do jornalismo na sociedade e formação da opinião pública é discussão fundante no campo dos estudos de jornalismo e ganha amplitude com a contínua digitalização da mídia

⁴ Tradução livre dos autores. No original: *Violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations*”.

e a consequente relação do público com informações e notícias. A caracterização de valores-notícia tem sido revisitada e reconstruída em paralelo à transformação da esfera pública, conferindo ao jornalismo o papel de produzir informações que sustentem a participação do público para a manutenção da democracia (Edgerly & Vraga, 2020).

Com isso, o campo jornalístico atua num ambiente midiático híbrido (Edgerly & Vraga, 2020), posiciona-se na esfera social contemporânea numa relação inclusiva com os diferentes públicos (Hess & Gutsche, 2018), e precisa lidar com o impacto das plataformas sociais na modulação da opinião pública (Gillispie, 2013; Pasquale, 2017; Souza, Avelino & Silveira, 2018), exigindo do jornalismo uma narrativa mais equilibrada, diversa e inclusiva de múltiplas vozes.

Ao assumirmos que o jornalismo é um construto social que reflete um dado conjunto de pessoas, também assumimos que é um ente central nas relações e reações sociais que tal atividade promove. É uma centralidade com potencial de movimentação de ideias e disputas, gerando atos de aceitação e avanços coletivos, mas ao mesmo tempo, de atos de ataques e agressões dentre os discordantes (Burgess & Hurcombe, 2019: 360). Busquets (2018: pp. XXXVII-XXXVIII), ao traçar o panorama de liberdade de imprensa mundial, aponta que somente 14% das pessoas no mundo vivem em países nos quais a segurança de jornalista é garantida e não há pressão econômica ou legal sobre os meios informativos. Ou seja, em 85% de outros países, a situação para jornalistas não é a ideal.

Apesar do número de agressões terem aumentado significativamente no início do século XXI, a autora pondera que não é uma questão de cifras: “Quando um ataque é cometido contra o trabalho jornalístico, a deliberação pública é empobrecida e as sociedades perdem os benefícios de poder participar de um debate sem coerção”⁵ (Busquets, 2018, p. XXXVII). Assim, o que pontuamos neste tópico é o comprometimento da imprensa brasileira em relação à uma continuidade de presença democrática no debate público, bem como a falta de segurança de jornalistas como um aspecto cultural que deu condições para a deterioração acelerada de liberdade de imprensa desde 2018 (Repórteres Sem Fronteiras - RSF, 2019).

Jorge (2020), em sua extensa pesquisa documental sobre a insegurança histórica de jornalistas brasileiros, evidencia que desde a colonização portuguesa no Brasil, passando pela

⁵ Tradução livre dos autores. No original: *Cuando se comete una agresión contra el trabajo periodístico, se empobrece la deliberación pública y las sociedades pierden los beneficios que otorga la posibilidad de participar en un debate sin coerción*

Proclamação da República pelo militar Marechal Deodoro, em 1889, até a chamada Primeira República (1910-1914), presidida por um militar eleito, Hermes da Fonseca, que perseguiu e atacou diversos jornalistas em um então período de surgimento de muitos jornais em São Paulo, então uma das cidades mais importantes do país, a segurança de jornalistas que ousaram se contrapor à ordem vigente sempre esteve em risco. Isso se agravou em períodos ditatoriais no país, como no de Getúlio Vargas (1937-1946) e na Ditadura Militar (1964-1985). A partir da redemocratização do país, de 1985 até os dias atuais, perseguições nunca deixaram de acontecer: é grave, por exemplo, o constante assassinato de comunicadores no interior do país, que geralmente trabalham em rádios locais e cumprem a função de um jornalista local sem terem formação para tanto (RSF, 2022). Porém, desde então, depois de duas ditaduras e de vinte anos nos quais jornalistas foram notoriamente perseguidos, censurados, presos, torturados e eventualmente assassinados (Jorge, 2020; Kushnir, 2015) e da promulgação da nova Constituição democrática em 1988 que garantiu a liberdade de imprensa, não se via um volume de ataques tão expressivo nos grandes centros urbanos e aos maiores jornais do país em alcance e circulação (FENAJ, 2019; 2020; 2021).

Ao sistematizarmos dados de relatórios elaborados por centros de referências e de monitoramento empírico, verificamos que, além dos agentes tradicionais de perseguição a jornalistas no país, como políticos, criminosos pagos por grupos de interesse (latifundiários e outros tipos de grupos poderosos ligados por interesses econômicos), policiais e militares, destaca-se o Presidente da República Jair Bolsonaro, cuja estratégia de discurso e de uso de algoritmos nas ambiências sociais em relação à imprensa se assemelha a do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Matteo Salvini (Itália), Viktor Orbán (Hungria), e outros. São políticos populistas cuja incompetência revela, para a população, uma autenticidade conveniente (Da Empoli, 2019) e que incita cidadãos a se engajarem na causa de coibir o trabalho jornalístico profissional, tanto por meio de constantes ataques e assédios via plataformas digitais, quanto também no ambiente físico.

Rios & Bronosky (2019: p. 60) concluem, a partir do relatório de agressões contra jornalistas da Fenaj de 2018 que desde 2013 há uma modificação no padrão dos ataques. Segundo eles, há um maior volume de atos violentos “(...) cometidos por pessoas comuns e em situações de aglomeração (tais como manifestações e outros em que há a presença da multidão), acompanhados de casos de hostilização e ataques por meio do arremesso de objetos”. Este breve apanhado histórico nos leva a entender que o risco de ser jornalista no Brasil,

especialmente cujas atividades sejam de caráter crítico e investigativo, fato não tolerado desde sempre pelas elites políticas e econômicas (Blotta, 2016; Jorge, 2020; Kushnir, 2015; Ganter & Paulino, 2020) tem raízes culturais profundas e favorece o aparecimento, de tempos em tempos e dependendo da conjuntura, de uma maior ocorrência da violência direta contra jornalistas, aumentando os riscos da profissão e exigindo maior resiliência dos profissionais, independentes ou ligados à grandes empresas. Pinheiro (1991, p. 46), ao analisar a transição da última ditadura para a democracia no país, afirma que se vive no Brasil “(...) um autoritarismo que não termina com o colapso das ditaduras, mas que sobrevive às transições e sob novos governos civis e eleitos, porque independe da periodização política e das constituições”.

É por constatarmos esta conjuntura e condições culturais de contínuo risco para o exercício jornalístico no contexto brasileiro que propomos adotar a tipologia de Galtung (1969; 1990) para uma análise de enquadramento do fenômeno de maneira estrutural. Galtung (1990, pp. 294-296) sintetiza o seu desenvolvimento de uma tipologia da violência na imagem de um triângulo que relaciona violência direta, cultural e estrutural. No entanto, antes do desenvolvimento do triângulo, Galtung (1969, p.173) estabeleceu a tipologia da violência direta (pessoal) e estrutural, sintetizada na figura 1 que segue:

Draft

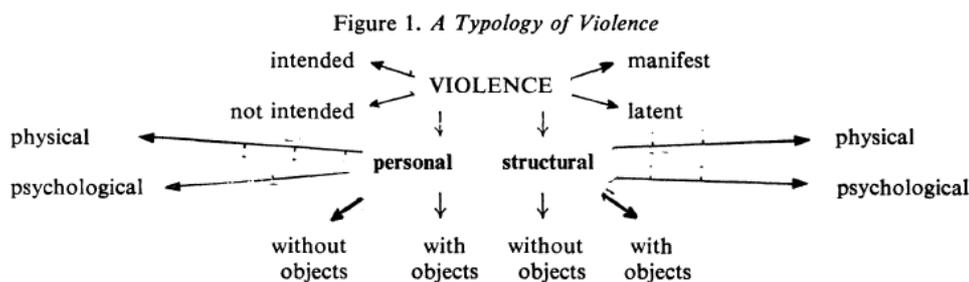


Figura 1: Tipologia da violência por Galtung (1969): A violência pode ser pessoal (direta), intencional ou não intencional, física ou psicológica, com ou sem objeto; a estrutural pode ser manifesta ou latente, física ou psicológica, com ou sem objeto.

Fonte: Galtung (1969, p.173).

Posteriormente, Galtung (1990) elaborou o conceito de violência cultural:

Por 'violência cultural' queremos dizer aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência - exemplificado pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) - que pode ser usado para justificar ou legitimar violência estrutural. (Galtung, 1990, p. 291)

A partir desta tipologia podemos entender o triângulo, que pode ter seu vértice predominante de acordo com a configuração social a ser analisada. No caso brasileiro, a violência direta, que é sempre mais visível, está bastante clara no contexto atual, e por isso é este vértice que ressaltamos na figura 2. A violência cultural e estrutural são menos explícitas e estão situadas abaixo da linha de visibilidade da violência direta; porém, são estas instâncias que dão condições para a manifestação e ampliação da violência direta. Ainda de acordo com Galtung (1990, p. 294), a violência direta revela-se como um evento, o que presenciamos atualmente de maneira acentuada no Brasil; a estrutural como um processo; e a cultural como uma invariante, cuja essência perdura por longos períodos, como discutimos brevemente neste tópico. Conseqüentemente, é possível entender a insegurança dos jornalistas brasileiros como uma invariante cultural, que atua como instância de legitimação da violência estrutural e direta. Deste modo, relacionando os três tipos de violência no caso brasileiro, temos a seguinte imagem na Figura 2:



FIGURA 2: Triângulo da violência adaptado ao contexto brasileiro a partir de 2018 (Galtung, 1991: 294).

FONTE: Elaborado pelos autores.

A imagem do triângulo nos leva ao que Galtung chamou de *violence strata*, uma imagem da “(...) fenomenologia da violência, útil como paradigma gerador de uma grande variedade de hipóteses” (Galtung, 1990, p. 294). Assim, ao aproximar o campo do jornalismo ao da sociologia da violência, estabelecemos este paradigma para o desenvolvimento de

pesquisas e hipóteses ulteriores, a exemplo do fato do presidente ter definido a imprensa como inimigo comum (Amorim, 2021), direcionando ataques baseados em violência direta verbal constantes, acionando a *violence strata*, que por sua vez acumula violências e assédios contra jornalistas de maneira cultural e estrutural desde ao menos o final do século 19.

A imagem da *violence strata* sintetizada no triângulo da Figura 2 ajuda a situar nosso próximo passo. Para avançar, desenvolvemos com mais especificidade a tipologia de Galtung aplicada à segurança dos jornalistas a partir da comparação de dados coletados por organizações como uma maneira de decupar a violência direta, cultural e estrutural. Por último, justificamos esta escolha metodológica a partir de Busquets (2018), que compilou em extensa pesquisa maneiras de pesquisar a configuração social do fenômeno da violência contra jornalistas.

Taylor O'Connor (2020) avançou nas propostas de Galtung para produzir um mapeamento mais didático do *violence strata* a partir de sua correlação com aspectos de forças sociais mais amplas, a exemplo de guerras, pobreza, atores sociais protagonistas, ações comunitárias, entre outras categorizações. Para O'Connor, tais ocorrências refletem os efeitos dos níveis de visibilidade latente definidos por Galtung sobre as sociedades e não as violências cultural e estrutural per si.

Com isso, o vértice de violência direta é desdobrado por O'Connor em ocorrências pessoais, interpessoais e comunitárias; o vértice de violência estrutural apresenta-se como de difícil identificação pelo cidadão comum por estarem embutidas nas estruturas política, econômica, organizações e grupos sociais. Assim, o autor tipifica os efeitos que a violência estrutural provoca por meio de eventos (guerras, desigualdades, por exemplo) e dos operadores destes eventos; o vértice da violência cultural, também de difícil percepção, configura-se por meio de elementos como literatura, monumentos, especificidades da língua, comemorações cívicas, entre outras.

Entendemos que a correlação entre Galtung e O'Connor traz uma visão contemporânea e didática para todos de como vivenciamos a violência quase que como um elemento “normal” e constituinte da sociedade. Especificamente para jornalistas e jornalismo tal correlação tem o potencial de retratar o cenário vigente no Brasil.

Draft

Método

Estruturamos uma pesquisa exploratória qualitativa para entender o cenário brasileiro de violência contra jornalistas que se formou no período em análise. Utilizamos um processo de comparação de dados produzidos por fontes legitimadas: FENAJ, ABRAJI e RSF - Repórteres Sem Fronteiras, que realizam levantamentos sistemáticos sobre violências a jornalistas e à liberdade de expressão com metodologias próprias. Especificamente, os dados dos relatórios analisados referem-se àqueles identificados por estas entidades por tipo de violência pelo qual jornalistas e comunicadores brasileiros são vítimas, como ameaças de morte, assassinatos, agressões verbais ou físicas. A seguir, os categorizamos a partir da correlação tipológica entre Galtung (1969, 1990) e O'Connor (2020) com o objetivo de nos aprofundarmos no cenário contemporâneo de segurança e risco de jornalistas, oferecendo indicativos para futuras ampliações deste estudo, visando a análise da resiliência do mundo jornalístico. Por último, todo conteúdo de análise abre uma perspectiva cartográfica do cenário para além de métricas descontextualizadas, oferecendo um olhar sociológico para nossas discussões.

O cenário recente de riscos e resiliências no jornalismo brasileiro: análise dos

Draft

O relatório FENAJ (Braga, 2021, p.4) identificou, ao longo de 2020, 478 casos de ataques contra jornalistas, dos quais: 152 casos de descredibilização da imprensa, 85 casos de censura, 76 casos de agressões verbais/ataques virtuais, 34 casos de ameaças e intimidações dentre as tipificações mais evidentes. Um panorama que tem o Presidente da República como protagonista de 145 ataques desqualificando a imprensa (“a mídia é uma fábrica de fake news”, “TV lixo”, entre outros). São destaque, também, agressões físicas a jornalistas durante coberturas políticas e manifestações de rua, e ataques virtuais por mensagens diretas nos dispositivos pessoais, perpetradas por cidadãos comuns.

O sistema da ABRAJI, denominado Projeto CTRL-X, monitora em tempo real as fontes do sistema judiciário brasileiro com registros de ações e processos contra jornalistas e empresas de mídia. Pudemos constatar que em abril de 2021 (ABRAJI, 2021, online), com dados acumulados desde 2014, existiam por volta de cinco mil processos ativos, tendo por autores, pela ordem, o Ministério Público Federal, o governador do Estado do Amazonas, o partido MDB e o presidente Jair Bolsonaro. Destes processos 77% alegavam difamações por parte dos

jornalistas, 35% de violações à legislação eleitoral e 7% por violações à privacidade. Os formatos midiáticos de sustentação à ação foram prioritariamente textos e vídeos produzidos por jornalistas e/ou empresas de mídia (70%).

O Index do RSF, coletado desde 2013, indica que o Brasil vem registrando sucessivas quedas como país com mais ameaças a jornalistas, ocupando em 2021 o 111º lugar no ranking de 180 países, adentrando a zona “vermelha” de países com maior risco. Segundo o RSF, o trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, estigmatização e humilhação a jornalistas passaram a ser a marca registrada do presidente brasileiro. Qualquer revelação da mídia que ameace os seus interesses ou de seu governo desencadeia uma nova rodada de ataques verbais violentos, que fomentam um clima de ódio e desconfiança em relação aos jornalistas no Brasil. (RSF, 2021, online).

Sistematizamos todos os dados obtidos na tipologia proposta por Galtung (1969, 1990) e desdobrado por O’Connor (2020). Neste momento, optamos por não separar violências nos ambientes digitais e físicos, mas sim, identificar como elas ocorrem e a possibilidade de estarem conectadas de alguma maneira. Desta forma, a agregação das fontes de dados resultou nas seguintes categorizações:

Draft

TABELA 1
Tipologias de **violências diretas** identificadas no jornalismo brasileiro 2020/2021

Interpessoal	Comunidade/sociedade
Assassinatos	Impedimentos ao exercício profissional
Agressões físicas	Ataques cibernéticos
Agressões verbais	Ofensas / Deslegitimação da imprensa
Ataques virtuais	Censuras
Ameaças	
Difamações	
Intimidações	
Injúrias raciais/racismo	
Sequestro/cárcere privado	
Universo de agressões contra jornalistas mulheres.	

FONTE: Elaborado pelos autores

Os dados dos relatórios analisados não indicaram no período ocorrências de violência pessoal (suicídio, abuso de drogas ou comportamento de automutilação, por exemplo)

categoria prevista na proposta de O'Connor. As violências interpessoais citadas nos relatórios e aquelas ocorridas por parte das instituições revelam um tecido social bastante agressivo, colocando em risco as atividades profissionais e o próprio papel da imprensa.

TABELA 2
Tipologias de **violências estruturais** identificadas no jornalismo brasileiro 2020/2021

Conflitos e agressões	Injustiça e desigualdades	Atores	Instrumentos operadores
Manifestações de rua	Cerceamentos às liberdades de expressões por meio de ações judiciais	Presidente da República Servidores públicos/dirigentes da EBC Políticos Internautas Populares	Processos judiciais movidos por representantes do governo e por políticos Uso de bots
Atuação de milícias Ataques físicos (a jornalistas e comunicadores)	Racismo Violência contra a organização de trabalhadores/sindicatos Gênero e etnias Direitos autorais Invasão de privacidade / Doxing Descredibilização da mídia Corrupção	Juízes/procuradores/promotores Manifestantes Policiais militares/civis Empresários da comunicação Empresários e comerciantes Seguranças Jornalistas Profissionais liberais/motoristas Religioso; traficante; YouTube, Não-identificado	Redução de verbas publicitárias governamentais LGD Redução de verbas para educação e saúde Replicação de práticas de radicalização e polarização

FONTE: Elaborado pelos autores

O mesmo conjunto de dados, quando apontado para o vértice da estrutura social, indicado na Tabela 2, também revela uma paisagem complexa na qual emergem práticas políticas realizadas por milícias e por agentes, fontes governamentais e parte do empresariado para a execução de variadas formas de agressão e assédio. Formas que atingem um amplo espectro a exemplo do racismo, das questões de gênero, e das alterações legais e constitucionais.

TABELA 3
Tipologias de **violências culturais** identificadas no jornalismo brasileiro 2020/2021

Narrativas que justificam		Ideologias	Elementos da cultura	Operadores
Guerras e conflitos	Injustiças e desigualdades	Polarizações	Redução do fomento à educação	Presidência da República e órgãos governamentais; o “Gabinete do ódio”;
Mobilizações de grupos radicais que desumanizam jornalistas	Perseguições a grupos sociais por raça, gênero e etnia	Disseminação de desinformação	Políticas públicas tendenciosas	Representantes religiosos de vertentes neopentecostais

Perseguição
orquestrada a
jornalistas
mulheres

Concentração
midiática, apesar
das iniciativas
independentes

Parlamentares
com postura
radical

Milícias digitais
que perpetram
ataques e ameaças
constantes
Grupos que
disseminam
desinformação
Cidadãos comuns

FONTE: Elaborado pelos autores.

Ao considerarmos os dados publicados para o vértice da violência cultural é possível inferir que as estruturas sociais e política brasileiras, historicamente agressivas com relação à imprensa, criam ambiente favorável a acionamentos de contextos latentes na sociedade, como um viés de legitimação das ações estruturais e diretas praticadas por instituições, governos e figuras públicas. Galtung (1990, p. 291) diz que “(...) a violência cultural faz com que a violência direta e estrutural pareça, e até que se sinta como certa – ou pelo menos não errada”, o que parece estar em consonância com esse cenário.

Discussão

As tipologias apresentadas nas tabelas 1, 2 e 3 e que foram sintetizadas a partir dos tipos de violência categorizados em três relatórios recentes (FENAJ 2020, 2021; ABRAJI 2020, 2021; RSF 2020, 2021) oferecem a visão das singularidades do panorama de assédios, riscos e violências que ocorrem no Brasil, e reforçam as origens socioculturais de todo o processo, conforme proposto nas RQ1 e RQ2 e respectivas delimitações.

Os enquadramentos dos dados estratificados conforme o desdobramento de O’Connor (2020) indicam uma *violence strata* (Galtung,1990) brasileira fincada em nossas raízes culturais e acionada primordialmente por processos discursivos de conotação negativa à imprensa. Aqui, é importante ressaltar que a violência cultural se dá através da esfera simbólica, manifesta por interseccionalidades nos planos econômico, religioso, ideológico, tecnológico, ciências exatas (lógica e matemática, contemporaneamente na figura das *Big Techs*), e também da linguagem. Ficam visíveis práticas dirigidas a jornalistas e ações restritivas promovidas por entes governamentais. Os dados dos processos judiciais apresentados pelo Projeto CTRL-X da ABRAJI apontam a pessoa do jornalista como foco.

Draft

Indicamos neste estudo o papel central do vértice cultural proposto por Galtung e seu enraizamento histórico como vetor de violências contra jornalistas no Brasil. Assumimos uma visão ampla de esfera cultural, ancorada nos preceitos contemporâneos da sociologia e da antropologia política, com o predomínio do populismo a partir do século XX (Chauí: 2008, p. 61-65) e sua transmutação pela evolução dos campos de comunicação midiática com as tecnologias digitais de informação e comunicação, a compressão espaço-temporal e a fragmentação socioeconômica. A esfera cultural brasileira contemporânea que surge com os dados que analisamos é bastante aderente às características sociais e políticas deste período.

A *violence strata* é também acionada por meio de uma combinação de manifestações discursivas do atual Presidente da República, geralmente via YouTube e Twitter, que são alavancadas por um processo de modulação algorítmica inerente às plataformas sociais digitais e que é reforçado por ações profissionalmente estruturadas para um espalhamento massivo destes conteúdos na rede. Consequentemente, emerge o cidadão comum como um vetor de espalhamento de discursos de ódio, promoção de cancelamentos e boicotes virtuais, ataques à imagem de profissionais e das marcas jornalísticas, e também de ataques diretos destes atores, visíveis principalmente em manifestações políticas (FENAJ, 2021).

Enfatizamos o predomínio de formas culturais de assédio e violência não apenas por meio do discurso político vigente, mas sim, por uma estrutura social historicamente autoritária que sustenta o discurso político e legitima figuras que o praticam, gerando sua identificação com os anseios dos cidadãos. Pinheiro (1991, p. 55) diz, sobre isso, que no Brasil vive-se um “autoritarismo socialmente implantado”, que

Parece estar inscrito numa grande continuidade autoritária que marca a sociedade brasileira (e sua ‘cultura política’) diretamente dependente dos sistemas de hierarquia implantados pelas classes dominantes e reproduzidos regularmente com o apoio dos instrumentos de opressão, da criminalização da oposição política e do controle ideológico sobre a maioria da população.

Esta cultura política ascendeu, de maneira organizada, nas eleições em 2018 e identificamos aí seu direcionamento ao ataque generalizado à liberdade de imprensa, como um fluxo causal (Galtung, 1990, p. 295): “Geralmente, um fluxo causal da violência cultural via estrutural pode ser identificado”, como aponta esta pesquisa exploratória.

Considerações finais

Objetivamos compreender a dinâmica sistemática que permeia as constantes ameaças à segurança dos jornalistas no Brasil a partir de um enquadramento sociológico e identificar as singularidades dos atos e acontecimentos de violência, assédios e riscos no jornalismo brasileiro. Utilizamos uma abordagem exploratória com a combinação de informações bibliográficas e dados coletados em relatórios públicos e oficiais.

As análises realizadas possibilitam, preliminarmente e delimitadas pelas variáveis temporais e fontes pontuais de dados, identificar a principal singularidade do ambiente brasileiro de ocorrências violentas contra jornalistas: a rápida emergência do cidadão comum como um novo ator neste cenário evidencia uma cultura que não compactua com os valores da liberdade de imprensa, o que nos leva a concluir que há um longo caminho de construção e reconstrução dos valores sociais que fundamentam o fazer jornalístico.

Este estudo abre perspectivas para abordagens futuras mais amplas. A inclusão da dimensão sociológica da violência aplicada aos riscos de jornalistas se justifica pela necessidade de endereçar dois problemas recorrentes na sociedade brasileira - justamente, o uso constante da violência contra jornalistas, a legitimação deste uso por parte da sociedade contemporânea brasileira, e por quê isso acontece. É necessário tipificar para análise com mais profundidade a diferença que existe entre cenários distintos, como o dos comunicadores no interior do Brasil, exemplos da ausência de desertos de notícia, como aponta o Atlas da Notícia,⁶ e da falta de condições para a profissionalização e segurança destes que atuam como jornalistas locais sem serem reconhecidos como tal.

Embora os dados coletados não objetivassem detectar ações de resiliência e resistência da imprensa, é possível inferir que estas se manifestam por meio das múltiplas iniciativas de combate à desinformação no Brasil como também pela sua continuidade através do tempo e desenvolvimento de iniciativas independentes digitais (Ganter & Paulino, 2020).

A partir daqui, também surgem relevantes futuras abordagens relativas às restrições da liberdade de expressão, de imprensa, às questões de gênero, ao entendimento mais amplo sobre o cidadão comum como um novo agente de risco para jornalistas brasileiros e, especialmente aos aspectos do negócio jornalístico quanto a posicionamentos editoriais, a segurança física de seus profissionais e a estrutura redacional de proteção digital de dados e informações, bem

⁶ Disponível em <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em 1/3/2022.

como a construção de políticas públicas que visam a proteção dos comunicadores e jornalistas no Brasil no exercício da sua profissão.

Referências

- ABRAJI. (2021). **Projeto CTRL-X**. Disponível em <https://www.ctrlx.org.br/#/infografico>. Acesso em 4/3/2022.
- Amorim, A.P. (2021) **A imprensa no governo Bolsonaro sob os ataques à liberdade de expressão**. Pp. 467-480 In: Avritzer, L.; Kerche, F.; Marona, M. (Org). Governo Bolsonaro. Retrocesso democrático e degradação política. Autêntica, Belo Horizonte.
- Blotta, V. (2016) **Brasil: a mordida do ouroboro**. Infoamérica: Iberoamerican Communication Review, 9-21.
- Burgess, J. & Hurcombe, E. (2019). **Digital Journalism as Symptom, Response, and Agent of Change in the Platformed Media Environment**. Digital Journalism, 7:3, 359-367, DOI: 10.1080/21670811.2018.1556313
- Braga, M. J. **Violência contra jornalistas e Liberdade de imprensa no Brasil**. (2021). FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Brasília, Ed. FEANAJ. Disponível em <<https://bit.ly/32r4Mxl>>. Acesso em 4/3/2022.
- Busquets, M. C. (2019). **Violencia contra los periodistas: Configuración del fenómeno, metodologías y mecanismos de intervención de organizaciones internacionales de defensa de la libertad de expresión**. Editorial Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá.
- Burgess, J. & Hurcombe, E. (2019). **Digital Journalism as Symptom, Response, and Agent of Change in the Platformed Media Environment**. Digital Journalism, 7:3, 359-367, DOI: 10.1080/21670811.2018.1556313
- Campos Melo, P. (2020). **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª ed. 296 p.
- Chaufí, M. (2008). **Cultura e democracia**. In: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, ISSN 1999-8104. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em 4/3/2022.
- Chideya, F. 2020. **This Is Our Chance to Champion Media Equity to Save Civil Society. Are We Willing to Take It?**, in RECONSTRUCTING AMERICAN NEWS Investing in the transformation of journalistic processes and power relations to strengthen civil society. Ford Foundation: Report, Disponível em <https://www.fordfoundation.org/media/5541/cfe-report-reconstructing-american-news.pdf>. Acesso em 5/3/2022.
- Da Empoli, G. (2019). **Os Engenheiros do Caos**. São Paulo: Autêntica, ISBN: 9788554126605. 192p.
- Edgerly, S., & Vraga, E. K. (2020). **Deciding What's News: News-ness As an Audience Concept for the Hybrid Media Environment**. Journalism & Mass Communication Quarterly, 97(2), 416-434. <https://doi.org/10.1177/1077699020916808>.
- FENAJ (2020). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em 20/11/2021.
- Galtung, J. (1969). **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, Vol. 6, No. 3 (1969), pp. 167-191.
- Galtung, J. (1990). **Cultural Violence**. Journal of Peace Research, Vol. 27, No. 3 (Aug., 1990), pp. 291-305.
- Galtung, Johan, and Mari Ruge. 1965. **The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers**. Journal of International Peace Research 2: 64-90.
- Gans, H. J. (1979). **Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time**. Northwestern University Press.
- Ganter, Sarah A; Paulino, Fernando O. (2020): **Between Attack and Resilience: The Ongoing Institutionalization of Independent Digital Journalism in Brazil**. Digital Journalism, DOI: 10.1080/21670811.2020.1755331
- Gillespie, T. (2013) **The relevance of algorithms**. Media Technologies: *Essays on communication, materiality, and society*.
- Hess, K. ; Gutsche Jr, R. E. (2018). **Journalism and the “Social Sphere”**. Journalism Studies, 19:4, 483-498, DOI: 10.1080/1461670X.2017.1389296

Draft

- Jorge, F. (2020). **Cale a boca, jornalista!: O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira** [Kindle iOS version].
- Kalil, I. & Santini, R. M. **Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política**. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP / UFRJ.
- Kushnir, B. (2015). **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Boitempo Editorial, São Paulo.
- Lelo, T. V. (2021). **A naturalização do assédio moral no jornalismo digital**. Revista Media & Jornalismo, 207-221. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_38_10.
- Mesquita, I. & de Lima Santo, M. (2020). **Approaches of resistance and resilience for investigative journalism in Latin America**. 6th International Conference on the Safety of Journalists – Risks, Resistance, Resilience. OsloMet, Noruega. Apresentação online.
- O'Connor, T (2020). **A Typology of Violence. Mapping structural and cultural violence**. Disponível em <<https://medium.com/skilluped/a-typology-of-violence-6abc98247355>>. Acesso em 8/3/2022.
- Pariser, E. (2011). **The Filter Bubble**. New York: The Penguin Press.
- Pasquale, Frank A (2017). **The Automated Public Sphere**. Legal Studies Research Paper No. 2017-31, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3067552>. Acesso em 20/2/2022.
- Pinheiro, P. S. (1991). **Autoritarismo e transição**. Revista USP, Mar-Maio, pp. 45-56. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547/27292>. Acessado em 15/7/2021.
- Rios, A; Boronosky, M.E., (2019). **Violências contra jornalistas, ameaças à sociedade**. Mosaico, v.11, n. 17. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/81064>. Acessado em 20/12/2021.
- Ripley, A. (2019) **Complicating the Narratives. The Whole Story: Solutions for Journalism Network**, Disponível em <https://thewholestory.solutionsjournalism.org/complicating-the-narratives-b91ea06ddf63>. Acessado em 20/11/2021.
- RSF - Repórteres Sem Fronteiras. (2021). **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2021: vacina contra a desinformação, o jornalismo segue cerceado em mais de 130 países**. Disponível em <http://rsf.org/pt>. Acessado em 26/4/2021.
- RSF - Repórteres Sem Fronteiras. (2021). **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2021: vacina contra a desinformação, o jornalismo segue cerceado em mais de 130 países**. Disponível em <https://rsf.org/pt>. Acessado em 26/4/2021.
- RSF - Repórteres Sem Fronteiras. (2022). **Sob risco: como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina**. Disponível em https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_pt_final.pdf. Acessado em 10/3/2022.
- Sakamoto, Leonardo. **O que aprendi sendo xingado na internet**. Editora Leya, São Paulo, 2016.
- Seabra, C. (2020). **Jornalismo, democracia e afetos: ódio, medo e ressentimento no primeiro ano do governo Bolsonaro**. Rev. ComPolis, v. 1, n. 1, p. 84-112.

Draft